

SOBRE PERNAS, RAÍZES E UM POUCO DE TURISMO: COMENTÁRIOS A UM LIVRO DE JACQUES WAINBERG

Prof. Ms. Edgar Rodrigues Barbosa Neto¹

RESUMO: O objetivo desta comunicação é discutir os argumentos desenvolvidos por Jacques Wainberg em seu livro *Turismo e comunicação: a indústria da diferença*. A partir dessa discussão, pretendo levantar a hipótese de que o modelo teórico do turismo como “indústria da diferença”, baseado na tríade “fronteira”, “diferença” e “movimento”, e tendo como pressuposto um provável aumento da mobilidade, não dá conta, pelo menos na sua formulação inicial, das ambigüidades que esses fenômenos assumem quando refletimos sobre a experiência turística comparando-a às várias modalidades de deslocamento de pessoas e grupos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: turismo, desigualdade, diferença, fronteira, mobilidade.

Existe [hoje] uma mobilidade muito maior: há turcos na Baviera, filipinos no Kuwait e russos nas praias de Brighton. Já não é fácil evitar o contato com pessoas com tipos de crenças diferentes daquelas com as quais se cresceu...Num mundo sem fronteiras – de que servem as raízes, como disse certa vez Gertrude Stein, se não podemos levá-las conosco? – a separação física simples, no estilo “cada um no seu canto”, já não funciona muito bem. Temos enorme dificuldade, hoje em dia, de ficar fora do caminho uns dos outros...(GEERTZ, 2001: 158.)

A observação do antropólogo Clifford Geertz, que figura como epígrafe desta comunicação, é notavelmente semelhante ao pressuposto que permite a Jacques Wainberg construir o seu modelo teórico do turismo como “indústria da diferença”. Pelo menos no que diz respeito à ocorrência deste fenômeno, o aumento da mobilidade, ambos parecem compartilhar de um mesmo diagnóstico da sociedade atual. É isso, com efeito, o que diz Wainberg, num tom que parece bem mais otimista e generoso do que aquele adotado por Geertz:

Vivemos uma era de mobilidade. Quanto mais desenvolvida uma sociedade, mais móvel ela se torna...As barreiras erigidas no passado [o autor se refere aqui às antigas sociedades comunistas do leste europeu] ao cruzamento das fronteiras, em especial aquelas mais ameaçadoras ao espírito, foram superadas em grande parte do mundo (WAINBERG, Op. Cit: pp.22-23).

Como se pode ver, portanto, entre os fatores que definem uma sociedade como mais ou

¹Graduado em História pela UFPEL e mestre em Antropologia Social pela UFRGS. Professor do Departamento de Administração e Turismo da Universidade Federal de Pelotas, RS. Pesquisador do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia.

menos desenvolvida, encontra-se a sua maior ou menor mobilidade. Mas é preciso acrescentar que Wainberg, e isso logo no início do livro, estabelece uma ressalva que é de enorme importância para o seu argumento. Se podemos entender que a mobilidade foi notadamente ampliada na sociedade atual, isso, no entanto, não nos deve fazer acreditar que estejamos vivendo em um mundo sem fronteiras. De certo modo, o que acontece é justamente o contrário. As fronteiras permanecem, e mais ainda: elas são constantemente afirmadas pela experiência turística, já que é da natureza dessa última não poder se realizar exceto através da diferença, e do consumo dessa diferença. A possibilidade, portanto, de que algo seja reconhecido como diferente supõe, muito evidentemente, que haja, entre ele e aquele que o reconhece como tal, alguma distância, pois, se aquilo que viesse a prevalecer fosse, por exemplo, a continuidade entre os dois, nenhuma diferença poderia ser imaginada e construída. Assim, se não há fronteira, não há também diferença.

...o *World Travel and Tourism Council* dizia que “a globalização econômica e política se orienta a um mundo com menos fronteiras”. O que tentaremos mostrar é exatamente o oposto. É a existência da fronteira, e sua permanência demarcando territórios distintos, estranhos entre si, que caracteriza o fenômeno turístico. O que, sim, mudou é que o deslocamento através da fronteira está facilitado...(WAINBERG, Op. Cit: 11)

Vê-se logo que a fronteira à qual se refere Wainberg não coloca o seu modelo teórico muito longe do que diz Clifford Geertz, que também não chega a negar por completo a existência da fronteira, tratando apenas de argumentar, em termos que talvez pudessem figurar no livro do próprio Wainberg, que ela não tem a mesma eficácia que outrora supostamente deve ter tido. Em outras palavras, trata-se aqui da tal “dificuldade que hoje temos de ficarmos fora do caminho uns dos outros”. Não é justamente em função de uma dificuldade desse último tipo que se estruturam as várias pesquisas em turismo que têm como tema as relações entre os “hóspedes” e os “residentes”? Como quer que seja, o fato é que a fronteira deve coexistir, de forma simétrica, com a mobilidade, sob pena de, na hipótese contrária, o modelo “indústria da diferença” deixar de explicar o turismo. Para dizer de um outro modo, se a fronteira torna-se rígida, a mobilidade não pode acontecer, logo a diferença se anula pelo excesso de distância. Mas o inverso também é verdadeiro: se a mobilidade torna-se absoluta, fazendo com que todos nós nos tornemos *atopos* (turistas em tempo integral), com total liberdade de ir e vir e sem maiores vínculos territoriais, nesse caso, então, talvez a diferença se anule pelo excesso de proximidade.

É em função do exposto acima que o consumo turístico dessa diferença somente pode ser algo efêmero. É justamente essa sua dimensão efêmera que permite ao turista experimentar a diferença, posto que, do contrário, isto é, se ele, por exemplo, permanecesse do outro lado da fronteira, o que era representado como estranho passaria então a ser representado como familiar. Trata-se assim de um consumo que é sempre um consumo relacional, já que a sua realidade exige a comparação, ou seja, exige uma distância entre o que é reconhecido como cotidiano e o que é reconhecido como diferente. Nos termos desse consumo, não existe, portanto, a diferença em si, pois, o que quer que ela seja, ela sempre o é relativamente a algo que ela não é. Assim, é a continuidade da distância entre os dois lados da fronteira que permite a reprodução (econômica e simbólica) dessa “indústria da diferença” que, segundo Wainberg, é o turismo.

Resumindo o modelo de Wainberg teríamos então um conjunto articulado de três componentes e um pressuposto: (1) a existência da fronteira, (2) a diferença entre o que está de um lado e de outro dessa fronteira, e (3) o movimento que permite atravessá-la (WAINBERG, Op. Cit: 13). Já o pressuposto, por sua vez, diz respeito ao aumento da mobilidade na sociedade atual.

Doravante, tentarei discutir o modelo tomando como referência o seu pressuposto. Espero, com isso, poder demonstrar que há um componente que, embora ausente do modelo, parece, no entanto, acompanhá-lo sub-repticiamente. Trata-se, com efeito, do componente que se refere ao fenômeno da desigualdade, fenômeno este que, salvo engano, pouco aparece no livro de Wainberg, muito embora, como disse antes, pareça figurar como uma de suas premissas elementares.

Mesmo que pudéssemos concordar com Geertz e Wainberg que nos dizem que “a mobilidade [hoje] é muito maior”, deveríamos, contudo, acrescentar: embora provavelmente ampliada, a mobilidade não é um fenômeno indiscriminado, homogêneo, no que tange às formas de sua realização. E isso por razões talvez mais do que evidentes. Penso particularmente em três, que, com certeza, não são as únicas:

- 1) Nem todas as pessoas se movimentam pelas mesmas razões.
- 2) Parte importante dessas razões tem relação com o lugar onde vivem essas pessoas e com a posição que ocupam nesse mesmo lugar.
- 3) Em grande parte das vezes serão sempre recebidas como pessoas desse lugar, pois o lugar, as

raízes de Gertrude Stein, contam, e muito.

Vejamos então, de um modo talvez excessivamente rápido, um exemplo. Uma rápida história para começar. Há alguns anos, num conhecido programa brasileiro de televisão, o dramaturgo espanhol Fernando Arrabal, ao ser perguntado pelo entrevistador sobre o seu país de origem, do qual encontrava-se ausente já há muito tempo, afirmou: “o homem não tem raízes, tem pernas”, afirmação cuja semelhança com a de Geertz e Gertrude Stein é realmente notável.

Reconheçamos que a frase é boa. Entre outras coisas, diz respeito a uma característica fundamental da tão falada e mal-falada globalização, e tem, além de tudo mais, um conteúdo prescritivo muito claro: o homem deve utilizar as pernas que possui para andar por aí. No entanto, como todas as frases boas, esta importa não só pelo que diz, mas também pelo que deixa de dizer. E aqui começam os problemas.

A dificuldade surge quando temos que definir quem é aquele homem, o que significa ter pernas e o que significa ter raízes. A sociedade atual à qual se referem Wainberg e Geertz, ou uma parte importante dela, está em algum lugar entre essas três perguntas. Para tentar respondê-las, tomarei como exemplo o “muro americano”.

San Isidro, um bairro de classes populares e imigrantes mexicanos da cidade americana de San Diego, termina face ao enorme muro que separa os EUA do México. Sob o muro, que começa no mar, estende-se uma série de buracos cavados na terra. Passagens subterrâneas deixadas por pessoas que vieram do lado de lá, da cidade mexicana de Tijuana.

Durante tais vindas, os obstáculos são muitos e dos mais variados tipos. Mesmo quando transposto o muro, corre-se o risco de ser capturado pela Border Patrol (polícia de fronteira) que conta com o que há de mais avançado em matéria de segurança. Por toda a distância do muro estão instalados sensores eletrônicos, aparelhos que permitem enxergar no escuro, rádios de alta potência, sistemas de identificação biométrica, e todo um aparelho de vigilância que bem poderia ter saído das páginas de algum livro de George Orwell.

No alto dos postes de iluminação, além dos fortes holofotes há câmaras de televisão em operação contínua. Quando acionados, helicópteros vêm fazer vôos rasantes para localizar os imigrantes ilegais. Tudo isso ligado a computadores em rede com o sistema de identificação do Serviço de Imigração. (p.05)

As tentativas de contornar o muro e escapar da Border Patrol não têm apresentado maiores vantagens. Às vezes, o que ocorre é bem o inverso. Multiplicam-se os afogamentos

durante as travessias pelo mar. E pelo deserto, cuja temperatura oscila de 0 a 50 graus num único dia, aumentam os riscos de não ser possível cruzá-lo sem morrer de fome e de sede. Isso sem mencionar, é claro, o enorme índice de atropelamentos nas free ways. Não há consenso quanto aos números. Mike Davis trabalha com a possibilidade de que tenham morrido, até o ano de 1998, mil e quinhentos imigrantes que buscavam atravessar a fronteira. (DAVIS, 2000: 36). Comparativamente, mais do que os 807 mortos estimados para o muro de Berlim durante um período de trinta anos.

No contexto destas dificuldades, floresce a indústria de documentos falsos, cujo valor pode oscilar, dependendo do tipo, de 200 a 1500 dólares. Naqueles de valores mais elevados, os que asseguram uma travessia aparentemente mais tranqüila, certamente está embutido o suborno das autoridades de fronteira, demonstrando assim, como argumenta Mike Davis, que uma certa porosidade convive de modo velado com a violência. Mas nem sempre, contudo, esses subornos são eficazes.

Algumas histórias parecem falar por si mesmas. E mais: falar não somente a respeito das dificuldades de ir, como também das dificuldades de, já estando lá, permanecer. Como se na realidade “os daqui”, mesmo que já enraizados “lá”, jamais pudessem abandonar as pernas que os tornam pessoas de fora, no lado de dentro.

18 de Junho de 1997. Jesus Machuca Jaramillo, 29 anos, detido em Los Angeles. Em 13 de Junho atende convocação ao escritório da imigração, onde tem cancelado o cartão provisório de trabalho. Sob pressão, assina documento de “saída voluntária” e é deportado de imediato. (p. 07)

Outra história.

1 de Julho de 1997. Susana Santos Lopes, 34 anos, detida em Santa Ana, Califórnia. Trabalhava havia dois anos na plantação de tomate, ganhando 4,50 dólares por hora. Em 30 de Junho, o Serviço de Imigração a deteve no local de trabalho. Foi deportada imediatamente. (p.07)

Os relatos se multiplicam. Mas o importante, agora, é observar o seguinte: ir para outros lugares tem um sentido muito específico para quem escolhe e pode ir para outros lugares. Imobilidade e movimento são categorias que não devem ser utilizadas de forma indiscriminada. Caminhar e ficar parado são sempre coisas relativas a quem caminha e a quem fica parado. E quem caminha e quem fica parado não é o homem em geral presente na bela frase de Fernando

Arrabal, mas são homens em particular: mulheres e crianças fugindo de uma limpeza étnica, investidores procurando países com juros mais altos, exilados políticos, turistas em férias, famílias de imigrantes na diáspora, acionistas fazendo sua empresa migrar para mercados mais lucrativos... e assim por diante. Há pessoas que andam porque não podem ficar, há outras que ficam porque não podem andar, e há aquelas, por fim, que andam e ficam pela simples razão de que podem andar e ficar, se assim, é claro, desejarem fazer.

As dificuldades que enfrenta um mexicano pobre para deixar o México e ingressar nos EUA não são as mesmas enfrentadas por um americano rico que decide deixar os EUA para ingressar no México. É exatamente isso o que acontece. As chamadas *Maquiladoras*, empresas de montagem e acabamento de produtos para exportação, se instalam com alguma tranquilidade no território mexicano.

A grande maioria delas é americana, mas há também japonesas, canadenses, coreanas. Elas trazem peças e componentes que foram fabricados em outros países para montar os produtos no México. Principalmente eletroeletrônicos, peças de automóveis, e têxteis (peças para serem costuradas). Montados, os produtos são embalados, embarcados em caminhões, trens, aviões e exportados para os EUA e outros mercados. (p.24)

A conclusão parece bastante simples, e até certo ponto, óbvia: algumas pessoas usam com mais facilidade as pernas que possuem do que outras. Há mais, contudo. Ser globalizado, coisa que poderia ser traduzida por cosmopolitismo lingüístico (é sempre preciso falar muitas línguas), “cidadania mundial”..., parece ter se transformado num elemento de estratificação social. É isso o que se pode ler, por exemplo, no trabalho de Michel Pinçon e Monique Pinçon-Charlot, fruto de dez anos de pesquisa com famílias abastadas da sociedade francesa, e mais particularmente da sociedade parisiense.

As famílias importantes da alta sociedade são cosmopolitas: com grande frequência, incluem uniões matrimoniais com famílias estrangeiras; é prática corrente falarem vários idiomas, inclusive por ocasião de reuniões familiares, além de participarem da vida cultural internacional. Fora da esfera familiar, a rede das relações transpõe as fronteiras, o que remete a outro cosmopolitismo, ou seja, o dos interesses econômicos: em determinado patamar de fortuna, os bens – sob a forma material (fábricas, minas, imóveis, terras...) e sob a forma financeira (valores mobiliários...) – estão situados ou aplicados em numerosos países estrangeiros. (PINÇON; PINÇON-CHARLOT, 2002: 18).

Como se pode ver, dizer que se tem pernas e não raízes é também um modo de distinção social. Segundo o que nos diz Marc Boyer, cujas pesquisas, há alguns anos, têm procurado

elaborar as bases para a construção de uma história do turismo, os enciclopedistas, no verbete que dedicaram ao tema da viagem, “falavam da superioridade daquelas nações cuja elite viaja, em relação àquelas cuja nobreza é sedentária” (BOYER, 2003: 40.). Mais recentemente, o sociólogo Zigmunt Bauman chamou a nossa atenção para um fato semelhante, ao demonstrar que a “exterritorialidade” (ou seja, aquela, e sobretudo aquela, que ocorre sem provocar ao viajante maiores constrangimentos) é uma das principais propriedades distintivas das elites (empresariais, intelectuais, políticas, turísticas...) na sociedade contemporânea. (BAUMAN, Op. Cit.) A liberdade de viajar, isto é, a posse ou não dos meios (materiais e imateriais) que asseguram a facilidade do deslocamento, é um valor que parece produzir novas formas de desigualdade, além, é certo, de reproduzir outras mais antigas, como sugere e nos permite pensar Marc Boyer. Vale ainda observar que essa notável semelhança entre o que nos dizem esses dois autores, da qual parece resultar uma espécie de convergência que aproxima, em certa medida, as formas de representar a “nação”, a “elite” e a “viagem” nos séculos XVIII e XX ou mesmo XXI, bem que poderia servir como um estímulo a favor de uma antropologia histórica das “elites transculturais”, cuja referência, como se pode ver, deve ser buscada bem antes da chamada sociedade globalizada.

Como quer que seja, o fato é que a universalidade, aqui entendida como a possibilidade de atravessar fronteiras com liberdade de ir e vir, não é um dado da sociedade atual, mas uma referência comum desigualmente compartilhada. Os processos globais, como as migrações entre fronteiras, devem ser pensados como transcendentem em relação aos grupos e às classes, porque perpassam a todos, e, ao mesmo tempo, como podendo ser encontrados apenas nesses mesmos grupos e classes a que transcendem. Os processos globais se realizam em grupos particulares e, da mesma forma, são realizados por eles.

A pergunta, portanto, não é mais se haverá uma homogeneização do mundo, me parece evidente que não; ou se a diversidade cultural resistirá à padronização, me parece evidente que sim; agora precisamos saber de que forma a universalidade constrói e é construída socialmente pelos grupos particulares em processos de deslocamento e mobilidade.

Ao contrário, portanto, do que sugerem Geertz e Gertrude Stein, talvez não sejam poucas as pessoas que vivam a experiência de levar consigo as suas raízes. Recordo que mesmo antes do dia 11 de Setembro de 2001, qualquer pessoa, ou melhor, algumas mais do que outras, que se dirigisse a uma agência de viagem a fim de obter um visto de entrada para os EUA, deveria levar

consigo o maior número possível de documentos que pudessem comprovar a posse de bens dos mais variados tipos, tanto melhor se estivessem em seu nome, contudo, o nome de algum familiar muito próximo já servia. Não é qualquer um, portanto, que pode ser um turista. Mais ainda: um turista, nesse caso, é alguém que se mostra “perfeitamente enraizado” no seu país de origem, isto é, alguém que pode atestar a sua identidade por meio de documentos legais (signos jurídicos de natureza econômica) que demonstram que ele não é, por exemplo, um emigrante. Em outras palavras, o turista é aquele que, podendo servir-se de suas próprias pernas, dá a segurança de que vai voltar para as suas raízes.

Começarei esta última parte citando uma passagem do trabalho de Abdelmalek Sayad que talvez nos ajude a compreender que o modelo “indústria da diferença” deve incluir o modelo “indústria da desigualdade”.

Ao submeter a entrada na França a um regime discriminatório...o projeto de lei conhecido com o nome de seu promotor, o ministro do Interior Christian Bonnet (sob o governo de Raymond Barre) divide doravante o mundo em duas partes: um mundo geográfica e demograficamente minoritário, mas majoritário em todos os outros aspectos (econômico, político, militar, e científico etc.); esse mundo corresponde *grosso modo* aos países industrializados que também são países de imigração, [os] únicos dignos de produzir turistas, pois, lá, as convenções internacionais...vetariam que a lei proibisse “a entrada em território francês por um motivo outro além daquele presentes exigidos pelas convenções internacionais” – podemos duvidar que se exija de um norte-americano, ou de um canadense, de um belga ou de um alemão, de um australiano ou mesmo de um japonês que eles justifiquem, por exemplo, “meios de existência suficientes”, como se faz com qualquer pessoa oriunda de um país subdesenvolvido, principalmente se esse país fornecer emigrantes - ; outro mundo, este minoritário em tudo (embora seja majoritário geográfica e demograficamente) “indigno”, por motivos que não são apenas econômicos – eles são sociais, políticos, culturais, todos acumulados na percepção que se tem do estrangeiro do Terceiro Mundo (eles fazem essa percepção) – de produzir turistas, capaz somente de dar emigrantes; assim, importa para a lei discriminar os verdadeiros turistas dos falsos turistas e, entre estes últimos, os imigrantes virtuais contra os quais é preciso ter garantias. Estas disposições policiais e muitas outras mais tendem a reafirmar a subordinação da situação do imigrante à definição que se dá dele e à representação que se faz de sua condição (SAYAD, Op. Cit: 54).

Se supusermos que a fronteira que é afirmada para que haja diferença, mas sempre numa medida que não impeça o movimento – como sugere Wainberg - coexiste com a afirmação de fronteiras cujo sentido é justamente dificultar o movimento, então veremos que pensar o deslocamento turístico dissociado de outras formas de deslocamento, significa deixar de ver que na base da “indústria da diferença” não está apenas a diferença, mas também, e de um modo particularmente decisivo, a desigualdade e a identidade (o vínculo territorial). Vê-se bem que o

que é pressuposto na definição da experiência turística decorrente do modelo de Wainberg é justamente o que essa experiência precisa negar para se constituir como tal.

Está correto dizer que o turista é aquele que volta. Mas é sempre preciso dizer um pouco mais do que isso. Na verdade, o que lhe permite ir é justamente a segurança que ele pode dar de que vai voltar. De modo que, ironicamente, há uma anterioridade lógica do retornar sobre o ir. Assim, do ponto de vista das instituições que regulam a emissão dos vistos de entrada, e que são as responsáveis pela certificação oficial de alguém como sendo ou não um turista, o que define um turista é menos a sua “mobilidade motivada pela busca da diferença do outro lado da fronteira” e mais a sua imobilidade vinculada à posição que ocupa no espaço social de um país, particularmente de um país subdesenvolvido, como diz Abdelmalek Sayad. Antes de buscarmos a diferença, impulsionados pela nossa “compulsão pelo movimento”, devemos provar que não somos iguais, por exemplo, a um imigrante. Não é engraçado concluirmos com esta constatação? O turista não é exatamente aquele que viaja, mas sim aquele que tem a opção “razoável”, isto é, “suportável” (segundo as instituições que o classificam ou não como um turista) de ficar parado. São as raízes e não as pernas que contam. O turista é aquele que escolhe a diferença e o movimento porque pode documentar a identidade e a imobilidade.

Teremos dificuldade de compreender tudo o que está implicado no modelo “indústria da diferença” se não conseguirmos compreender as várias modalidades que fazem com que ele, em circunstâncias as mais variadas, dependa do modelo “indústria da desigualdade”. Sem dúvida alguma, como argumenta Wainberg, a experiência turística tem um fundamento comunicacional, mesmo assim, contudo, espero que este texto tenha conseguido demonstrar que a comunicação tende a ganhar se conseguir incorporar um pouco da reflexão sociológica sobre o tema da desigualdade, um tema que, inexplicavelmente, tem recebido pouquíssimo espaço em nossas investigações. Frente a isso, gostaria de terminar dizendo que o necessário talvez sejam pesquisas que apontem, ao mesmo tempo, em duas direções: primeiro, que sejam capazes de explicitar os deslizamentos conceituais, políticos e sociais presentes nos processos de tradução das diferenças em experiências de desigualdade; segundo, que sejam capazes de explicitar os modos pelos quais as fronteiras, criadas e recriadas por esses processos de tradução, são atravessadas por sujeitos desiguais, dando origem a espaços, socialmente ambíguos, de encontro e mediação.

Referências Bibliográficas

BARBOSA NETO, Edgar Rodrigues. Do ponto de vista da diferença: cultura, mediação e fronteira. Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio. Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia. Pelotas, RS: Editora da Universidade Federal de Pelotas, v.I, n. 2, 2004.

BAUMAN, Zigmunt. Globalização: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BOYER, Marc. História do turismo de massa. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

DAVIS, MIKE. Urbanismo mágico: los latinos reinventan la gran ciudad estadounidense. New Left Review. Número 3, Jul./Ago., 19-64, 2000.

GEERTZ, Clifford. Nova Luz sobre a Antropologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

PIERUCCI, Antônio Flávio. As ciladas da diferença. São Paulo: Editora 34, 1999.

PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. A infância dos chefes: a socialização dos herdeiros ricos na França. In: ALMEIDA, Ana Maria F.; NOGUERIA, Maria Alice (Orgs.). A escolarização das elites: um panorama internacional da pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, pp. 11-28.

SAYAD, Abdelmalek. A imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: EDUSP, 1998.

SILVEIRA, Michele Dutra da. O consumo da diferença pelo turismo. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2004. (Monografia de conclusão do Curso de Bacharelado em Turismo).

URRY, John. O olhar do turista. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 2001.

WAINBERG, Jacques. Turismo e comunicação: a indústria da diferença. São Paulo: Contexto, 2003.